

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

Para melhor visualização disponibilizamos o link para acesso ao recurso em pdf e anexos - https://drive.google.com/open?id=1pFow_zrZduWogy4hx7i1yUcqg5fHBch9

ILMO (A). SR (A). PREGOEIRO (A), RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019 – SERVIÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23282.504655/2019-57).

RECURSO ADMINISTRATIVO (ART. 4º, INCISO XVIII, DA LEI 10.520/2002, ART. 44, §1º DO DECRETO 10.024/2019 E ITEM 11.3 DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019)

I S M GOMES DE MATTOS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº. 04.228.626/0001-00, devidamente estabelecida na Rua Major Ladislau Lourenço, Nº. 11, bairro Jangurussu, CEP 60.870-760, Fortaleza, Ceará, por intermédio do seu representante legal a Sra. IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS, portadora da Carteira de Identidade Nº 96029049150 SSP/CE e do CPF Nº 311.522.603-91, e-mail ism@ism.ind.br, telefone (85) 3111-0850, ao final assinado vem, respeitosamente, à presença de V. Senhoria, apresentar:

RECURSO ADMINISTRATIVO

o que faz pelas razões fáticas e jurídicas a seguir aduzidas:

1. BREVE RELATO DOS FATOS;

01. A Pró-Reitoria de Administração da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, por meio de Pregoeiros, designados pela Portaria GR n.º 302, de 15 de julho de 2019 e pela Portaria GR n.º 304, de 18 de julho de 2019, tornou público o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019, cujo objeto é “O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação sob demanda de serviços de refeições prontas transportadas, para os refeitórios da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus da Liberdade – Redenção/CE, Campus de Auroras – Redenção/CE e Unidade Acadêmica Palmares – Acaraú/CE, com CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.”

02. Assim, após o encerramento da ETAPA DE LANCES, a proposta declarada vencedora foi a da empresa licitante C Q COMERCIO E SERVICOS ALIMENTICIOS E EVENTOS LTDA, seguindo as demais empresas licitantes na ordem de classificação.

03. Ato contínuo, após a aceitabilidade da proposta, passou-se a FASE DE HABILITAÇÃO, de modo que, a ilustríssima comissão de licitação desclassificou/inabilitou a empresa licitante C Q COMERCIO E SERVICOS ALIMENTICIOS E EVENTOS LTDA, seguindo a convocação da 2ª colocada, a empresa J R ALACRINO ROCHA MENEZES, a qual também restou DESCLASSIFICADA/INABILITADA, seguindo a convocação da 3ª colocada, a empresa VELLA MAR EVENTOS LOGISTICOS EIRELI, a qual também restou DESCLASSIFICADA/INABILITADA, convocando, em ato contínuo a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84 então classificada em 4ª colocação.

04. Assim, em interpretação totalmente contrária à Lei 8.666/93 e ao próprio Edital, a ilustríssima comissão de licitação HABILITOU a empresa então arrematante MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, ora Recorrida, dando seguimento ao procedimento licitatório para, ao fim, declarar vencedora a referida empresa.

05. Pelo exposto, demonstrar-se-á que a presente comissão de licitação cometeu um equívoco ao proceder com a habilitação da Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, posto que a mesma descumpriu diversos preceitos legais, editais e, ainda, a jurisprudência dos Tribunais Brasileiros e o entendimento do TCU, conforme fundamentos constantes na presente peça recursal.

06. Dessa forma, a seguir serão apresentadas e discutidas as razões do presente recurso, de modo que se pugna que seja apreciado aprofundadamente e com bastante zelo, sob pena de submeter a presente matéria à apreciação do Poder Judiciário e das autoridades fiscalizadoras (Tribunal de Contas da União, Polícia Judiciária e Ministério Público).

2. DAS RAZÕES DO RECURSO;

2.1. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA RECORRIDA – DO DESCUMPRIMENTO AO ITEM 10.1.1 DO EDITAL.

07. Veja-se que o Edital estabelece nos itens 10.1.1 a obrigatoriedade de o licitante vencedor apresentar “PROPOSTA DE PREÇOS ADEQUADA AO SEU LANCE FINAL” observado as exigências editalícias para a confecção da proposta preços, in verbis:

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

[...]

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

08. Destaca-se que a empresa Recorrida descumpriu com a referidas exigências editalícias, uma vez que sua proposta de preços, deixou de atender as exigências do item 10.1.1 do instrumento convocatório.

09. Verifica-se que a proposta readequada da empresa Recorrida suprimiu a indicação da “Conta Corrente” da empresa Recorrida, sendo impossível obter tal informação com precisão a partir da proposta de preços.

10. Ademais cabe destacar que a indicação de agência e conta corrente são características essenciais para a proposta de preço dos licitantes, esculpida tal exigência do item 10.1.3 do instrumento convocatório “conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.” a empresa Recorrida deixou de atender a referida condição, uma vez que houve supressão da informação de modo a impedir sua obtenção a partir da proposta.

11. Ademais ressalta que conforme exigência do 10.1.1 do instrumento convocatório, a proposta de preços deve “[...] devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal [...]” a proposta de preços apresentada pela Recorrida, deixou de cumprir com a exigência em epígrafe, uma vez que, deixou de rubricar a primeira folha da proposta, em clara contradição a exigência do item 10.1.1 do instrumento convocatório.

12. Diante do exposto percebe-se que a proposta da empresa Recorrida, esta em flagrante contrariedade as exigências editalícias, uma vez que, deixou de cumprir com a diretrizes dos itens 10.1.1 e 10.1.3 do instrumento convocatório.

13. A falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, tratando-se de informação faltante, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

14. Segundo o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

15. E, o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

16. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de cumprir com os itens 10.1.1 e 10.1.3 do Edital, em razão das omissões e supressões referentes a proposta de preços da empresa Recorrida.

2.2. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DA IRREGULARIDADE NA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO JURÍDICA – DESCUMPRIMENTO AO ITEM 9.8.2 DO EDITAL.

17. Depreende-se do instrumento convocatório, pautado pela exigência prevista na própria Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), a necessidade de que os Licitantes comprovem a sua Habilitação Jurídica, mediante a apresentação de seus documentos constitutivos referente à Pessoa Jurídica, devidamente registrados na Junta Comercial competente, vejamos a exigência constante do item 9.8.2 do instrumento convocatório, in verbis:

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18. Extrai-se da redação do item 9.8.2 do Edital, a necessidade de que os Licitantes cujo a o enquadramento societário seja de “Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI” apresente como documentação capaz de comprovar a sua Habilitação Jurídica, o seu ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na junta.

19. Tendo em vista a exigência supra e o enquadramento na empresa Recorrida como EIRELI, anexou em sua documentação de habilitação o contrato social e o 2º aditivo, sendo este último, o documento em vigência, entretanto quando analisada a documentação apresentada, percebe-se que a empresa Recorrida em clara irregularidade suprimiu diversas páginas do seu 2º Aditivo.

20. Analisado o 2º aditivo da empresa Recorrida, verifica-se que o documento tem o total de 15 páginas, entretanto a empresa Recorrida apresentou apenas da página 4 a 10, suprimindo 8 páginas constantes do documento.

21. A documentação referente a “Habilitação Jurídica” tem o objetivo de demonstrar a existência legal da empresa, legitimidade de sua representação e aptidão para assumir obrigações com a Administração, uma vez que, houve supressão de parte da documentação referente ao último aditivo contratual vigente, tais informações e condições não podem ser comprovadas.

22. Conforme o art. 27 e 28 da Lei 8.666/1993 a documentação de habilitação jurídica é essencial para a habilitação dos licitantes em processos licitatórios, vejamos.

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigem-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - Habilitação jurídica;

23. Ademais a empresa Recorrida deixou de apresentar a documentação referente a habilitação jurídica, uma vez que a documentação apresentada encontra-se incompleta, houve supressão das informações do 2º Aditivo Contratual, impossibilitando auferir a legalidade e validade do documento, logo deveria ter sido inabilitada por tal prática.

24. Tem-se que falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, tratando-se de documentação suprimida, incompleta, faltante erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

25. Segundo o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

26. E, o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

27. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de cumprir o item 9.8.2 do Edital, em razão de ter apresentado documentação de Habilitação Jurídica incompleta, suprimindo 8 páginas do seu último aditivo contratual em vigência.

2.3. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DO DESCUMPRIMENTO AO ITEM 9.11.1 DO EDITAL – REGISTRO “CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO” JUNTO AO CONSELHO REGIONAL DE NUTRIÇÃO.

28. Conforme se observa no item 9.11.1 do Edital, para fins de habilitação, especialmente para a comprovação da “Qualificação Técnica dos Licitantes” mostra-se obrigatória a apresentação do documento de “CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO” contendo o nome do responsável técnico pela empresa, in verbis:

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional competente (Conselho Regional de Nutrição - CRN), da unidade federativa da empresa participante, em plena validade;

29. Veja-se que, a Empresa Recorrida deixou de apresentar CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO (CRQ) válida, em total contrariedade ao item 9.11.1 do Edital.

30. Depreende-se da documentação de Habilitação Jurídica da empresa Recorrida, que houve alteração relativa ao seu objeto social, quando da confecção de seu 2º Aditivo Contratual em vigência, foram adicionadas inúmeras atividades econômicas CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas).

31. Concatenando tal informação com a nulidade da Certidão de Registro e Quitação apresentada pela empresa Recorrida, destaca-se que na CRQ apresentada não consta a atividade “FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS (10.99-6/99)” inserida como um dos objetos sociais da empresa Recorrida, quando do 2º Aditivo Contratual.

32. Destaca-se que a Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CRN, que comprova o registro da empresa junto ao Conselho Regional de Nutrição da jurisdição competente, tem sua validade condicionada a semelhança dos dados constantes na CRQ com os dados do da Pessoa Jurídica, informação expressa na própria CRQ em letras garrafais, a ressaltar que “QUALQUER ALTERAÇÃO OCORRIDA, EM UM OU MAIS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, APÓS A EMISSÃO DESTA CERTIDÃO, TORNA A MESMA INVÁLIDA”.

33. Ademais conforme a redação do art. 10 da Resolução 378/2005 do Conselho Federal de Nutrição (CFN), que trata do processo de registro para pessoas jurídicas, in verbis.

Art. 10. Havendo atualização de dados da pessoa jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ.

§ 1º Considerar-se-á nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica no CRN.

§ 2º Na hipótese do caput deste artigo, serão obedecidos os procedimentos seguintes:

a. apresentação de documentos comprobatórios dos dados alterados;

b. devolução da CRQ anterior; c. pagamento da taxa correspondente à nova CRQ.

34. Evidente a ilegalidade que reveste a CRQ apresentada pelo licitante, veja que a resolução editada pelo Conselho Federal de Nutrição deixa claro que será nula de pleno direito a CRQ que deixar de corresponder à situação atualizada do registro da pessoa jurídica.

35. Destaca-se que a CRQ da empresa Recorrida tem divergência de informações quanto ao 2º Aditivo Contratual, logo há divergência entre os dados da Pessoa Jurídica que deveriam constar na Certidão de Registro e Quitação referente ao objeto social da Recorrida, deixando de constar neste documento a atividade “FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS” acrescido ao objeto social conforme 2º Aditivo Contratual, existindo divergência entre os dados empresariais e os dados constantes da própria CRQ, enquadrando-se no caso previsto no Art. 10 da resolução nº 378/2005 do CFN, bem como na própria condição expressa no documento, sendo nulo de pleno direito a CRQ da Recorrida tendo em vista a divergência de informações.

36. Afim de fortalecer nossas argumentações, trazemos o julgado emitido pelo Pregoeiro Responsável pelo Pregão Eletrônico nº 32/2018 (DF), tratando acerca do mesmo fato, obtido através do link (<http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/VisualizarRecursosPregao.asp?prgCod=764546&reSeqSessao=1#>) vejamos:

Análise do Pregoeiro:

A celebração de contratos na Administração Pública é precedida de certame com regras preestabelecidas as quais vinculam tanto a Administração quanto os participantes, conforme determina o artigo 41 da Lei nº 8.666/1993.

Para sagrar-se vencedora desse certame, além de ofertar o melhor produto com o menor preço a licitante deverá comprovar possuir as condições mínimas para a execução do contrato, conforme expressa os artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/1993.

De acordo com o inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital, para habilitar-se no certame a licitante deverá comprovar de Registro e Quitação – CRQ junto ao Conselho Regional de Nutricionistas da empresa e de seu responsável técnico, em plena validade, conforme expressa a alínea “a” do item 7.2. do edital (Doc. SEI/GDF nº 32596271).

[...]

Estando a CRQ nula de direito, não serve para comprovar a qualificação da empresa, por este motivo entende-se que a licitante deverá ser inabilitada com fulcro no item 7.12 do edital, porque não cumpriu a exigência constante do inciso IV do item 7.2.1 e o inciso XVI do item 7.2.2. ambos do edital.

[...]

37. Segundo a Resolução nº 378/2005 do Conselho Federal de Nutricionistas, havendo atualização de dados da Pessoa Jurídica que implique em modificação de informações constantes na certidão de registro e quitação, deverá ser emitida nova CRQ, tendo em vista ser nulo de pleno direito a CRQ que ostente contradição de informações.

38. Salienta-se que a empresa Recorrida deixou de atender as exigências constantes do documento de “Registro e Quitação” do Conselho Regional de Nutricionista, bem como o art. 10 da resolução nº 372/2005 do CFN, quando procedeu com as alterações estatutárias, deixando de requerer junto ao CRN a expedição de uma nova “CRQ” prevendo tais alterações. Sendo nula de pleno direito a CRQ apresentada pela Recorrida, logo incapaz de suprir a exigência do 9.11.1 do instrumento convocatório.

39. Ressalta-se que a falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, tratando-se de documentação faltante, o presente documento descumpru com a exigências editalícias, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 43, § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta. (GRIFO NOSSO)

40. Segundo o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666, de 1993, a licitação sempre deverá respeitar o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo, verbis:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

41. E, o artigo 41, caput, da Lei nº 8.666/93 complementa o seguinte:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

42. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e da isonomia de condições entre os concorrentes, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA/DECLASSIFICADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter deixado de apresentar o “CRQ” válida, comprovando o registro da Recorrida junto ao CRN, em violação ao item 9.11.1 do Edital e por todas as razões aplicáveis de ofício.

2.4. DA ILEGALIDADE NA CLASSIFICAÇÃO/HABILITAÇÃO DA EMPRESA RECORRIDA – DA INEXEQUIBILIDADE DOS VALORES PREVISTOS NA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS.

43. Veja-se que o Edital estabelece que a exequibilidade da proposta de preços do Licitante, será auferida com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme redação do item 8.3 do Edital, in verbis.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

[...]

44. Imperioso ressaltar que o Ilustre Pregoeiro requereu realização de diligência, requerendo da empresa Recorrida o envio de “Detalhamento” referente ao item “Mão de Obra” da planilha de custos apresentada.

45. Analisando a Planilha de Custos detalhada enviada abordando o item referente a mão de obra, que foi solicitado pelo Pregoeiro, verificou-se que a empresa Recorrida cotou custos referentes a salário para os cargos descritos em flagrante ilegalidade.

46. Destaca-se que a Licitante Recorrida cotou em sua planilha de custos e formação de preços, para diversos cargos que a compõem valor inferior ao salário mínimo, fato que contraria expressamente a legislação, de acordo com o artigo 7º da Constituição Federal, in verbis.

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

47. Depreende-se da redação do art. 7, inciso IV da Constituição que o salário mínimo é considerado como um direito fundamental do trabalhador. Isto é, o empregado não pode receber menos do que um salário mínimo, estando vedado por lei, salvo alguns casos especiais de regime trabalhistas diferenciados que não comportam compatibilidade com o serviço a ser executado referente ao objeto licitado.

48. A fixação legal e reajuste do salário mínimo está prevista na Lei 13.152/2015 que dispõe acerca da sua atualização, estabelecendo que a atualização do salário mínimo se dará através de Decreto, respeitando os índices aplicáveis. Tendo em vista a data de apresentação e o salário vigente a época, destaca-se que o salário de 2019 estipulado pelo Decreto Nº 9.661/2019 foi de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

49. Diante do exposto e analisando a planilha detalhada referente a mão de obra enviada ao Pregoeiro, quando da realização da diligência, verifica-se clara contrariedade ao art. 7, IV da Constituição Federal, bem como ao estabelecido no Decreto nº 9.661/2019 que estabelece o salário mínimo do ano de 2019 em R\$ 998,00. Analisando a referida planilha detalhada referente a "Mão de Obra" tendo por base o quantitativo de funcionários indicados e o salário mensal estipulado para cada cargo, obtemos os seguintes valores mensais de salário para os cargos de 1) Nutricionista – R\$ 833,33; 2) Tec. Nutrição – R\$ 798,08; 3) Cozinheiro – R\$ 723,26; 4) Auxiliar de Cozinha – R\$ 274,17 5) ASG – R\$ 132,00 6) Copeiro – R\$ 117,33; 7) Caixa – R\$ 398,89, tais valores foram obtidos a partir da divisão do valor estimado de salário mensal na planilha pelo quantitativo de cada cargo. Por exemplo, coluna "salário mensal" R\$ 2.500,00. Coluna "Quantidade de Funcionários" 03. Realizando operação matemática de divisão, temos o valor de R\$ 833,33 de salário para cada funcionário.

50. Destaca-se que os valores orçados e detalhados nas planilhas apresentadas pela empresa Recorrida, se mostram em flagrante ilegalidade, uma vez que, estipula salários abaixo do mínimo, contrariando o art. 7, IV da Constituição Federal e um direito fundamental do empregado. Tendo em vista as ilegalidades cometidas pela empresa Recorrida bem como os itens 8.3 e 8.5.4.1.2, in verbis.

8.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

51. Depreende-se dos referidos itens editalícios que será considerada inexequível e gerará a inabilitação do Licitante, caso os valores estimados na sua planilha de custos e formação de preços, seja contrária as exigências legais ou orçem valores inferiores àqueles fixados em medidas provisórias. Imperioso ressaltar que a empresa Recorrida contrariou flagrantemente tais disposições editalícias, quando deixou de atender à exigência legal do art. 7, inciso IV da Constituição federal, e ademais orçou valores a título de salário inferior ao mínimo, contrariando o valor fixado na Medida Provisória nº 9.661/2019 que estabelecia o salário mínimo de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) a época de apresentação da proposta da Recorrida.

52. Diante do exposto, fica claro que a proposta de preços e a planilha de custos da empresa Recorrida, em especial referente ao custo relativo a mão de obra, violou disposições legais, bem como, contrariou as disposições dos itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do instrumento convocatório, devendo ser inabilitada a empresa Recorrida frente a inúmeras irregularidades em seus custos, sendo inexequível sua proposta, atendendo com a inabilitação da Recorrida as diretrizes dos itens 8.3 e 8.5.4.1.2 do Edital.

53. Diante do exposto, verifica-se que a empresa Recorrida referente aos custos para mão de obra, orçou valores inexequíveis, sem observar a exigência Constitucional do art. 7, IV, referente ao salário mínimo. Sendo completamente inexequíveis os custos referentes a mão de obra orçados pela Recorrida, devendo ser desconsiderada sua proposta e inabilitada com fundamento nos itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do Edital.

54. Por fim, tem-se que a falta cometida pela empresa recorrida não se mostra sanável pelo pregoeiro, uma vez que o documento não continha erros de digitação ou pequenos equívocos passíveis de correção, erro para o qual o pregoeiro não possui competência para corrigir. A correção ou a complementação caracterizaria favorecimento ilegal do licitante, ferindo o princípio da isonomia e, ainda, ao art.43, §3º, da Lei 8.666/93.

55. Dessa forma, todos os fundamentos ora explicitados demonstram que a Comissão não cumpriu o princípio da legalidade e, assim agindo, escamoteou os princípios da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia de condições entre os concorrentes, bem como na legislação aplicável e nos demais institutos pertinentes, ocasião em que REQUER que seja DECLARADA INABILITADA/DECLASSIFICADA a Empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, em razão de ter descumprido com os itens 8.4 e 8.5.4.1.2 do Edital.

3. DOS REQUERIMENTOS

56. Diante de todo o exposto, a Empresa Recorrente I S M GOMES DE MATTOS EIRELI pugna:

- i) Que seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, nos exatos termos do §2º do art. 109 da Lei 8.666/1993, sob pena de responsabilização civil, criminal e administrativa;
- ii) Que seja apreciado todos os fatos e fundamentos apresentados no presente recurso, bem como os cognoscíveis de ofício, de modo que seja motivada a decisão, conforme art. 93, inciso IX, da Constituição Federal , enfrentando todos os tópicos apresentados (TÓPICOS 2).
- iii) PREGOEIRO (A) RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2019 – SERVIÇO (PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23282.504655/2019-57) que, em juízo de retratação, reconsidere a decisão recorrida para que seja declarada DESCLASSIFICADA E/OU INABILITADA a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI, inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84, pelas razões apresentadas (TÓPICOS 2) ou qualquer outra cognoscível de ofício, de modo que seja dada continuidade ao processamento do presente certame, por todos os fundamentos fático-jurídicos esposados no presente recurso ou qualquer outro aplicável de ofício;
- iv) À Autoridade Superior que receba o presente recurso no efeito suspensivo, nos exatos termos do §2º do art. 109 da Lei 8.666/1993, para no mérito PROVER o presente RECURSO ADMINISTRATIVO no sentido que seja declarada DESCLASSIFICADA E/OU INABILITADA a empresa Recorrida MEIODIA REFEICOES INDUSTRIAIS EIRELI inscrita no CNPJ de nº 10.328.834/0001-84, pelas razões apresentadas (TÓPICOS 2) ou qualquer outra cognoscível de ofício, de modo que seja dada continuidade ao processamento do presente certame, por todos os fundamentos fático-jurídicos esposados no presente recurso ou qualquer outro aplicável de ofício;
- v) Caso não sejam acolhidos os pedidos constantes nos itens "iii" e "iv" do presente Recurso Administrativo, com o conseqüente provimento do mesmo, que seja deferida a extração de cópia integral do presente procedimento licitatório com o envio do mesmo ao Tribunal de Contas do Estado para fins de fiscalização, de modo a evitar irregularidades e beneficiamentos, em detrimento do interesse público.

57. Desde logo a Empresa Recorrente pugna por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial pela juntada de documentos, oitiva de testemunhas arroladas em momento processual apropriado, solicitação de e perícias em momento processual apropriado e depoimento pessoal dos interessados, desde já requerido.

Termos em que, pede e espera deferimento,

Fortaleza - CE, 04 de fevereiro de 2020.

I S M GOMES DE MATTOS EIRELI
CNPJ sob o Nº. 04.228.626/0001-00
IDALINA SAMPAIO MUNIZ GOMES DE MATTOS
TITULAR
CPF Nº. 311.522.603-91
RG nº 96029049150 SSP/CE

Fechar